



O Discurso Brasileiro para a
Cooperação em Moçambique: *existe
ajuda desinteressada?*

Elga Lessa de Almeida e Elsa Sousa Kraychete

Conference Paper nº 22

III CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DO IESE

“MOÇAMBIQUE: ACUMULAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE INTERNACIONAL”

(4 & 5 de Setembro de 2012)

O DISCURSO BRASILEIRO PARA A COOPERAÇÃO EM MOÇAMBIQUE: EXISTE AJUDA DESINTERESSADA?

Elga Lessa de Almeida¹ e Elsa Sousa Kraychete²

Resumo: O presente trabalho analisa o discurso brasileiro da cooperação técnica para a promoção do desenvolvimento em países africanos, relacionando-o com o aumento significativo de investimentos de empresas brasileiras no continente. A estabilidade política aliada ao êxito da economia brasileira favoreceu sua participação mais ativa na concertação da política mundial e o aumento da sua cooperação com países sul-americanos, mas, sobretudo, com países africanos, como Moçambique. Os países africanos passaram a ser os principais destinatários da cooperação técnica sob o discurso da solidariedade internacional e da necessidade de compensação da dívida histórica. Nota-se, entretanto, que, se esse discurso propaga a desvinculação a interesses econômicos, em um momento de crise econômica mundial, é imperioso refletir sobre as limitações ao discurso da ajuda desinteressada. Nesse sentido, a partir da documentação produzida pela diplomacia brasileira e as respectivas posições no cenário internacional de Brasil e Moçambique, objetiva-se tencionar o discurso brasileiro da cooperação desinteressada, notadamente Moçambique, ante a lógica capitalista de produção permeada por um cenário de crise internacional.

Palavras-chave: Cooperação Sul-Sul – discurso – solidariedade - interesse econômico – crise.

A influência do cenário internacional na forma como a cooperação internacional para o desenvolvimento se configura e como ela é fundamentada é bastante significativa para a compreensão do fenômeno que têm se intensificado desde o início do presente século – a Cooperação Sul-Sul. Desde a última década do século XX, observa-se o crescimento da chamada cooperação horizontal entre os países do eixo Sul-Sul, fato atribuído a diversos fatores como o êxito da economia de alguns países intermediários ou de renda média, como Brasil, China, Índia e África do Sul, aliada à condição de “potência regional”, que favoreceu que esses países participassem mais ativamente da concertação da política mundial (LIMA, 2005). Assim, muitos desses países buscaram realizar

¹ Doutoranda em Administração pela Universidade Federal da Bahia e integrante do Laboratório de Análise Política Mundial – LABMUNDO. Contato: elgalessa@yahoo.com.br

² Professora do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos e do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia e Coordenadora do Laboratório de Análise Política Mundial – LABMUNDO. Contato: ekraychete@gmail.com.br

alianças estratégicas dentro dos seus limites regionais quanto fora deles, fazendo da cooperação um instrumento de política externa.

Acompanhando a mudança de eixo da cooperação mundial, o Brasil aumentou consideravelmente suas ações com países sul-americanos, principalmente Bolívia e Paraguai, e africanos, passando da condição, apenas, de receptor para prestador de ajuda. Se, por um lado, esse aumento da cooperação brasileira é, de certa forma, condicionado por sua economia emergente, estabilidade política e institucional, liderança regional e êxito em experiências de combate à pobreza e tecnologia social, por outro, é motivado por fatores como a necessidade de inserção competitiva em um mercado globalizado, o apoio aos princípios democráticos como forma de adequação internacional e a necessidade de integração regional como forma de aumentar a competitividade econômica e de enfrentar desafios internos e externos resultantes de uma economia globalizada (AYLLON, 2006; SARAIVA, 2007).

Além da aproximação com países vizinhos na tentativa de integração regional, é perceptível a importância atribuída pelo Brasil aos países do continente africano, principalmente aos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e produtores de algodão (Cotton-4), como Moçambique, que passaram a ser os principais destinatários da cooperação técnica brasileira sob o discurso da solidariedade internacional e da necessidade de compensação da dívida histórica com os africanos pela valiosa contribuição para a formação da nação multiétnica brasileira. Nota-se, entretanto, que, se o discurso brasileiro da cooperação técnica com os países africanos propaga a desvinculação a interesses econômicos, em um momento de crise econômica mundial, é imperioso refletir sobre as limitações ao discurso da cooperação desinteressada. Outros fatores que motivam a cooperação não podem ser desconsiderados na relação com os países africanos, como a necessidade de inserção competitiva em um mercado globalizado, o apoio aos princípios democráticos como forma de adequação internacional e a necessidade de integração regional como forma de aumentar a competitividade econômica e de enfrentar desafios internos e externos resultantes de uma economia globalizada.

Da mesma forma que fatores que a afetam não podem ser camuflados pela ideia de que há na Cooperação Sul-Sul condições semelhantes de desenvolvimento entre os cooperantes, do que decorreriam maiores chances de sucesso na execução de projetos; assim, a existência de assimetrias entre os cooperantes e a menor capacidade de

negociar as diretrizes da ação cooperativa por parte do país receptor da ajuda devem ser considerados na análise da Cooperação Sul-Sul. Nesse sentido, a partir da documentação produzida pela diplomacia brasileira e as respectivas posições no cenário internacional de Brasil e Moçambique, o presente artigo tem por objetivo tencionar o discurso brasileiro da cooperação desinteressada em países africanos, notadamente Moçambique, ante a lógica capitalista de produção permeada por um cenário de crise internacional.

I. O DISCURSO DA COOPERAÇÃO SUL-SUL

Um dos vieses que sustentam a cooperação internacional é sua celebração sob o discurso da dádiva. Esse discurso implica no entendimento da cooperação enquanto uma relação de obrigações recíprocas destituídas de conflito e carregadas de valor moral, em contraposição a uma troca comercial interessada na qual se busca a satisfação de um interesse. A cooperação é defendida como a própria materialização do princípio da solidariedade internacional, segundo o qual os países devem se orientar em uma perspectiva de construção de uma ideia de humanidade.

Dessa forma, desde as primeiras ações a que se convencionou chamar de cooperação internacional para o desenvolvimento, a ajuda fornecida era acompanhada por um forte valor moral. Primeiramente, os países europeus receberam ajuda para sua reconstrução, dada a destruição ocasionada pela Segunda Guerra Mundial. Depois, o discurso corrente era o de que seria necessário ajudar os países em desenvolvimento, considerando a situação de miserabilidade em que viviam suas populações. Aos países em situação de colapso em razão de guerras ou desastres naturais sempre foi reservado algum tipo de ajuda, mesmo que a ajuda não chegasse no tempo ou quantidade adequados. Enfim, as ideias de solidariedade e humanidade sempre estiveram presentes, considerando que, dentro do sistema internacional, o doador de ontem poderia ser o beneficiário de amanhã.

Observa-se, entretanto, que a limitação a esse discurso poderia ser claramente observada na ação cooperativa celebrada no eixo Norte-Sul. No caso da ajuda aos países em desenvolvimento, a observância de uma série de condicionalidades exigidas aos países beneficiários já demonstrava que a ajuda prestada não era isenta de interesses e nem sempre coincidia com a real necessidade daquele que buscava ajuda. Por considerar que

os países em desenvolvimento não conseguiam desenvolver suas economias em razão da má aplicação dos recursos ou mesmo por falta de condições endógenas adequadas, os países doadores, seguindo o receituário do Consenso de Washington apregoado por organizações como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional, concediam suas ajudas a partir do compromisso de que os países em desenvolvimento deveriam promover a estabilidade econômica e reduzir a intervenção do Estado. Em verdade, a recessão vivida pelos países desenvolvidos, na década de 1980, faz com que a cooperação para o desenvolvimento fosse utilizada para o atendimento dos objetivos do Norte de salvar o sistema financeiro internacional, mediante concessão, aos países do Sul, de empréstimos com condicionalidades, de modo a permitir-lhes honrar seus compromissos junto às instituições financeiras privadas; portanto, não coincidindo com os anseios do Sul por um desenvolvimento de longo prazo (PUENTE, 2010).

As limitações ao discurso da cooperação como dádiva não ficam claras, entretanto, quando se trata da Cooperação Sul-Sul. Tal assertiva pode ser comprovada no próprio discurso brasileiro sobre a cooperação técnica, cujas características propagadas seriam a ausência de finalidades lucrativas e desvinculação a interesses econômicos, tendo por pretensão o compartilhamento de êxitos e melhores práticas nas áreas demandadas pelos países parceiros³. Diferente da cooperação Norte-Sul, o discurso da cooperação horizontal parte do princípio de que países em condições semelhantes de desenvolvimento estariam mais dispostos a partilhar experiências, tendo em vista a necessidade de diminuição de assimetrias para integração e conquista de mercados. Assim, segundo o discurso apregoado pela Agência Brasileira de Cooperação,

A cooperação horizontal refere-se à cooperação técnica implementada pelo Brasil com outros países em desenvolvimento, por meio da qual o compartilhamento de experiências e conhecimentos disponíveis em um amplo espectro de instituições brasileiras junto a instituições de países interessados na cooperação com o Brasil permite promover o adensamento de suas respectivas relações em distintas dimensões, dentro do marco de uma política externa solidária no campo da Cooperação para o Desenvolvimento. (AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO, 2012).

Esse discurso é, a todo momento, reafirmado por estudiosos da área, normalmente procedentes da diplomacia, como se percebe no trecho:

³ Informação disponibilizada no site da Agência Brasileira de Cooperação: www.abc.gov.br

De hecho, basada em los principios de corresponsabilidad, sin fines lucrativos y desvinculada de intereses comerciales, la cooperación Sur-Sur, ya a fines de la década de mil novecientos setenta estableció nuevos parámetros que, em cierta manera, han revolucionado las relaciones internacionales (FONSECA, 2008).

No caso da cooperação brasileira na África, à ausência de lucro e desvinculação de interesses comerciais alia-se um discurso moral de cumprimento de dívida histórica com os países africanos, como é explicitado por Fonseca: “[...] los valores más altos de éstos no se encuentran em nustos vecinos, y sí em África, continente con el cual tenemos deudas históricas por su valiosa contribución a lo que es hoy dia la multiétnica nación brasileña” (2010, p.67). Confunde-se tal justificativa com a própria afirmação identitária nacional quando reconhece a importância do continente para a formação do povo brasileiro e, por conseguinte, sua ligação histórica e cultural com esses países.

Nota-se, no entanto, que os problemas estruturais da cooperação, inerentes à condição de prestador e receptor de ajuda, não podem ser desconsiderados na análise da cooperação horizontal. Em que pese a etimologia da palavra ‘cooperação’ levar à compreensão do termo a partir da ideia da realização de um trabalho conjunto, pelo qual os dois polos da ação colaboram igualmente em prol da produção de determinado resultado, observa-se que a cooperação técnica, normalmente, tem como pressuposto uma condição de desigualdade entre os cooperantes. De um lado está o doador da ajuda, aquele que possui recursos financeiros, o conhecimento, o domínio do modo de fazer, da tecnologia, e de outro, está o receptor da ajuda, aquele que necessita e se dispõe a aprender determinada técnica como forma de promover seu desenvolvimento. Assim, na cooperação, “um certo grau de assimetria é inevitável” (PUENTE, 2010, p.73), havendo a reprodução de algum tipo de verticalidade entre prestador e beneficiário, ainda que em escala menor. Desse problema estrutural – a assimetria entre os cooperantes – decorre a necessidade de análise de dois fatores: 1) a oferta de cooperação; e 2) a diminuição da capacidade de negociar as diretrizes da ação cooperativa por parte do país receptor de ajuda. A primeira consequência reproduz a própria lógica da cooperação segundo a qual só é possível transmitir aquilo que se tem ou se conhece. Apesar do discurso da cooperação horizontal defender a participação dos países receptores de ajuda na definição dos projetos, a celebração de um acordo de cooperação técnica é antecedida pelo levantamento de recursos disponíveis do doador

(instituições, técnicas, orçamento), para que sejam definidas as bases do que se é possível ofertar. Do outro lado, compete ao país receptor de ajuda negociar a cooperação a partir do que lhe é ofertado. Com base nas necessidades mais emergentes e dessa oferta, entrecruzada por fatores ambientais e culturais, a diretriz de uma ação cooperativa pode ser definida.

Outro problema estrutural refere-se à própria sustentação de um discurso desinteressado diante da lógica da troca competitiva do sistema capitalista de produção. Segundo Abdalla (2004), a troca competitiva seria o eixo central da racionalidade burguesa, pela qual se estabeleceria uma troca não solidária e não complementar, mas sim, uma troca interesseira e individualista para a satisfação de um dos polos envolvidos na troca. Desde o fim do feudalismo, a emergência da classe burguesa favoreceu a expansão dessa nova racionalidade orientada para o lucro e acumulação de capital por todo Ocidente, ocasionando mudanças não só no plano econômico, mas também político - com a formação dos Estados nacionais -, social - com o estabelecimento de novas formas de relação - e mesmo novos padrões filosóficos, científicos e religiosos. É justamente essa lógica que permeia o mundo contemporâneo, orientando as relações sociais e, por conseguinte, o comportamento dos indivíduos, em sentido contrário ao da cooperação e em busca da satisfação de seus próprios interesses. Nesse sentido, da mesma forma como os interesses podem ser conflitivos na cooperação norte-sul, a cooperação horizontal também é orientada por essa mesma lógica que tende a produzir como resultado uma troca desigual.

O levantamento dos problemas comuns à CNS e CSS enseja questionamentos relativos à sua diferenciação. Se os limites mais facilmente observáveis na Cooperação Norte-Sul fazem-se presentes também na Cooperação Sul-Sul, o que pode diferenciá-las? É possível falar-se em uma nova configuração das relações internacionais segundo uma ótica mais altruísta e solidária representada pela Cooperação Sul-Sul? São questões imbricadas e que permitem perceber que não há uma regra comum dada a complexidade dos cooperantes. No caso brasileiro, a resposta à primeira questão poderia ser dada pela não imposição de condicionalidades nos acordos de cooperação; entretanto, essa é uma regra que não alcança todos os doadores de ajuda do eixo Sul. O caso chinês é emblemático para demonstrar que as relações do eixo sul-sul não são destituídas da lógica que orientou as relações com o norte. Observa-se que alguns países do eixo sul optam por direcionar sua ação diplomática para celebração de acordos menos

impositivos e prescritivos, tendo por objetivo o fortalecimento de suas relações políticas e econômicas, enquanto outros impõem regras claras no jogo político e econômico.

Nota-se que a política externa brasileira intensificou suas relações com a África, particularmente, por meio de acordos de cooperação, mas também por outras medidas diplomáticas e aumento considerável do fluxo comercial no continente. Importante observar que os fatores que levaram o Brasil a intensificar suas relações com países africanos não estão restritos apenas aos condicionantes do cenário internacional, mas coincide com um momento econômico interno favorável e de estabilidade política no Brasil, o que permite supor a existência de importantes interesses geopolíticos e econômicos. Principalmente, o crescimento do comércio com países africanos subentendem uma necessidade brasileira por abertura de mercados, acompanhada da tendência de internacionalização das grandes empresas brasileiras, do que decorre a necessidade de parceiros economicamente viáveis e solventes.

Nesse sentido, a ideia de que as semelhanças entre os países do eixo sul, em razão da pobreza e das desigualdades, possibilitaria maior sucesso na execução de projetos de cooperação deve ser matizada. Como apontado, os limites também presentes na Cooperação Sul-Sul permitem perceber que falar em revolução nas relações internacionais é demasiado exagerado quando o que se parece ter, em verdade, é uma mudança de escala, principalmente no caso brasileiro. Mudança de escala principalmente no que se refere a menor assimetria entre os países cooperantes, do que resultam, dadas as condições dos países do eixo sul-sul, menores investimentos em cooperação e, por conseguinte, problemas em menores proporções.

Por outro lado, não se pode desconsiderar que da cooperação decorrem benefícios para o país receptor da ajuda. Da mesma forma que a cooperação com os Estados Unidos e a Europa possibilitou ao Brasil a estruturação de alguns setores, incluindo a própria institucionalização de algumas atividades estatais, a Cooperação Sul-Sul também poderá fazê-lo, considerando que, para muitos países receptores de ajuda, trata-se da alternativa viável para promoção de desenvolvimento em curto prazo. Importa aqui ressaltar, entretanto, que, se no jogo da cooperação os ganhos são visíveis em muitos países, é preciso dar a mesma visibilidade às perdas, trazendo o conflito para a análise das relações que se estabelecem em torno da cooperação e, por conseguinte, esclarecendo quem intenciona ganhar o que nesse jogo.

II. A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E A COOPERAÇÃO COM PAÍSES AFRICANOS

Do conjunto de países intermediários, o Brasil começa a orientar sua política externa para ações mais isoladas do eixo Norte-Sul e a se posicionar como doador de ajuda apenas em meados da década de 1990 (SARAIVA, 2007). Antes disso, o país posicionava-se como receptor de ajuda externa, principalmente norte-americana, nas áreas de saúde, educação, agricultura e administração, o que, já na década de 1950, levou-o a criar alguns órgãos para recebimento da ajuda, posteriormente substituídos por uma subsecretaria vinculada ao Ministério do Planejamento e por uma divisão subordinada ao Ministério das Relações Exteriores, que passaram a centralizar toda negociação de programas de cooperação com fontes externas em um esforço de maior planejamento das ações (PUENTE, 2010).

Na década de 1970, o êxito na experiência de recebimento da cooperação técnica levou o Brasil às suas primeiras ações na qualidade de doador de ajuda, junto a países da região e países africanos de língua portuguesa. A percepção da cooperação técnica como um instrumento de política externa ganha relevo, equiparando-se a prestação da ajuda à importância da cooperação recebida, o que impulsiona a reforma do sistema de cooperação técnica mediante a criação da Agência Brasileira de Cooperação – ABC, em 1987. A ABC retoma para o Ministério das Relações Exteriores a condição de órgão central da cooperação técnica internacional brasileira; entretanto, sua criação, em um primeiro momento, não significou um aumento significativo de recursos para a CSS, mas um aumento da capacidade de mobilização de competências para prestação da ajuda e também da capacidade de sensibilização de financiadores para a realização de cooperação triangular (PUENTE, 2010).

É no governo do presidente Lula, no entanto, que o estreitamento das relações com os países do Sul colabora decisivamente para que a cooperação técnica entre países em desenvolvimento fosse evidenciada e, conseqüentemente, a ABC melhor estruturada. O novo posicionamento da diplomacia brasileira acaba por refletir uma nova configuração da política mundial, favorecida, em grande parte, por fatores internos como a estabilização econômica e política. Miriam Saraiva (2007) aponta três fatores que impactaram na formação da política externa brasileira de CSS: o liberalismo econômico,

a defesa da democracia e a integração regional. Para a autora, o liberalismo implantado de forma gradual e descontínuo, que possibilitou a reinserção competitiva do Brasil na economia internacional, juntamente com a defesa da democracia, que possibilita a abertura de novos canais de atuação, e a opção de integração regional como forma de enfrentar os desafios resultantes de uma economia globalizada, orientarão a formulação da política externa para a cooperação.

Leite (2011) e Lima (2005) ressaltam que, em que pese se destacar no estreitamento das relações com os países do eixo sul, o governo Lula promoveu em muitos aspectos a continuidade da política externa dos seus antecessores. Apontam-se algumas características também observadas nos governos anteriores: o multilateralismo, o regionalismo, a ênfase na estabilização econômica e uma diplomacia presidencial atuante. Nesse sentido, é importante registrar que, em visita oficial a Moçambique em 2000, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso já anunciava o perdão de 95% da dívida pública de Moçambique ao Brasil e promovia o aumento das relações com a África por meio da realização de acordos de cooperação e de sua diplomacia presidencial, em que pese privilegiar relações com o hemisfério norte. Entretanto, para Leite, a “atuação externa inovou, no entanto, no conteúdo e na ênfase com base numa nova leitura do papel internacional do Brasil pós-Guerra Fria” (2011, p.166).

No Governo Cardoso, prevalecia a aceitação tácita do princípio dos ‘mais iguais’, em que as grandes potências, em particular, os EUA, por seu domínio militar, econômico e tecnológico eram entendidas como os principais promotores da ordem internacional tanto na arena política quanto nos fluxos da globalização. Nessa avaliação, caberia ao Brasil fortalecer seus laços com esses países, a fim de extrair benefícios econômicos. No período da administração Lula, a análise é distinta. O Governo leva em conta a multipolaridade econômica, expressa no fortalecimento da UE, após a criação do euro, e no crescimento econômico da Rússia e de países em desenvolvimento, como a China, a Índia e a África do Sul, que ensejaria espaço maior de manobra para a atuação do Brasil. Nessa leitura de um cenário externo mais polarizado, ou, pelo menos com tendência para tanto, o Brasil, por sua importância econômica, demográfica e territorial deveria agir de forma criativa na construção de uma nova correlação internacional de forças. O país deveria organizar o espaço sul-americano e aliar-se àquelas nações emergentes na busca de maior equilíbrio externo, com vistas tanto a incrementar as suas relações econômicas como a contrabalançar o unilateralismo da potência estadunidense (LEITE, 2011, p.167-168).

Se o governo de Fernando Henrique Cardoso poderia ser caracterizado por sua estratégia de “credibilidade”, o governo Lula seria caracterizado pela “autonomia” nas relações internacionais (LIMA, 2005). Então, partindo de uma postura mais autonomista

nas relações internacionais, o governo Lula estreitou relações com países da América do Sul e África, resultando em um aumento dos acordos, principalmente, de cooperação técnica e dos fluxos comerciais entre os países do eixo. No caso africano, são bastante representativos os dados que demonstram esse estreitamento: abertura de 17 embaixadas, realização de 10 viagens presidenciais ao continente e aumento das relações comerciais em cinco vezes no período de 2002 a 2009 (ABC, 2010). Como pode ser observado no quadro seguinte, quanto às relações diplomáticas entre Brasil e Moçambique no período do governo Lula, três visitas oficiais foram realizadas pelo presidente brasileiro e três, pelo representante moçambicano, assumindo-se compromissos, principalmente, na área de cooperação técnica em uma diversidade de áreas temáticas.

QUADRO 1 – Informações sobre visitas oficiais dos Presidentes brasileiro e moçambicano no período de 2003-2010

Data	Presidente	Compromissos assumidos
02 à 08/11/2003	Brasil: Luis Inácio Lula da Silva	1) Em comunicado conjunto, o presidente Lula prevê a ampliação dos projetos de cooperação e o presidente de Moçambique reitera o apoio a que o Brasil integre o conselho de segurança da ONU. 2) Memorando de entendimento em matéria de meio ambiente. 3) Ajuste Complementar ao acordo de cooperação cultural para a cooperação no campo dos esportes. 4) Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de administração pública. 5) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação na área de educação para a implementação do projeto "bolsa-escola". 6) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para apoiar o desenvolvimento do programa piloto nacional de alfabetização de Moçambique. 7) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do projeto "uso de tecnologias da informação e da comunicação na educação presencial e à distância em Moçambique. 8) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do projeto pci-ntwanano no âmbito do programa de cooperação internacional do Ministério da Saúde do Brasil. 9) Programa de trabalho em matéria de cooperação científica e tecnológica. 10) Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de terras e mapeamento. 11) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do "projeto de apoio ao desenvolvimento e fortalecimento do setor de pesquisa agropecuária da República de Moçambique. 12) Memorando de entendimento nas áreas de geologia, mineração e transformação mineral. 13) Protocolo de intenções sobre cooperação científica e tecnológica na área de saúde.

		14) Acordo sobre cooperação técnica e procedimentos nas áreas sanitária e fitossanitária.
31/08 a 03/09/2004	Moçambique: Joaquim Alberto Chissano	1) Protocolo de Intenções na área do combate à discriminação e promoção da igualdade racial. 2) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação no âmbito da segurança pública. 3) Ajuste Complementar ao acordo de cooperação cultural sobre cooperação na área da comunicação social. 4) Acordo de cooperação sobre o combate à produção, ao consumo e ao tráfico ilícito de estupefacientes, substâncias psicotrópicas e sobre o combate às atividades de lavagem de dinheiro e outras transações financeiras fraudulentas. 5) Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de formação de pessoal especializado em prisões, e Contrato de reestruturação de dívida.
04 à 08/09/2007	Moçambique: Armando Emílio Guebuza	1) Memorando de entendimento na área de biocombustíveis. 2) Protocolo de cooperação sobre o estabelecimento de mecanismo de consultas políticas. 3) Protocolo de cooperação para a troca de experiências entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Assuntos Estrangeiros e Cooperação da República de Moçambique. 4) Protocolo de intenções sobre cooperação técnica na área de educação à distância. 5) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para a implementação do projeto "Apoio à Construção de Cisternas, Barragens Subterrâneas, Captação de Água da Chuva in situ em Jardins Produtivos em Comunidades Rurais de Moçambique"; 6) Protocolo de cooperação para incentivo à formação científica de estudantes moçambicanos.
16 à 18/10/2008	Brasil: Luis Inácio Lula da Silva	1) Memorando de entendimento para a formalização do direito de uso e aproveitamento da terra e da cessão de uso de terrenos, com base na reciprocidade, para as Embaixadas do Brasil em Moçambique e de Moçambique no Brasil. 2) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Desportiva - Fase II". 3) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para a implementação do Projeto "Programa de Educação Alimentar e Nutricional - Cozinha Brasil - Moçambique. 4) Ajuste Complementar ao acordo de cooperação cultural para cooperação em matéria de comunicação social. 5) Ajuste Complementar ao acordo de cooperação cultural nas áreas de Audiovisual e Cinematografia.
20 à 23/07/2009	Moçambique: Armando Emílio Guebuza	1) Programa executivo do acordo geral de cooperação para o projeto "reabilitação do cefloma – centro florestal de machipanda". 2) Programa executivo do acordo geral de cooperação para o projeto "capacitação técnica em matéria de prisões". 3) Programa executivo do acordo geral de cooperação para implementação do projeto "implantação de centro de formação profissional Brasil-Moçambique".
09 à 10/11/2010	Brasil: Luis Inácio Lula da	1) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do projeto "implantação de banco de leite humano e de centro de lactação em Moçambique".

	Silva	<p>2) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para a implementação do projeto "apoio à requalificação do bairro Chamanculo "c" no âmbito da estratégia global de reordenamento e urbanização dos assentamentos informais do município de Maputo".</p> <p>3) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para a implementação do projeto "incremento da capacidade de pesquisa e de difusão tecnológica para o desenvolvimento agrícola do corredor de Nacala, Moçambique".</p> <p>4) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do projeto "apoio à implantação do centro de tele-saúde, da biblioteca e do programa de ensino à distância em saúde da mulher, da criança e do adolescente de Moçambique".</p> <p>5) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do "programa de cooperação entre a Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Ministério da Educação (Mined), a Universidade Pedagógica (UP) e a Universidade Eduardo Mondlane (UEM) de Moçambique".</p> <p>6) Ajuste Complementar ao acordo geral de cooperação para implementação do projeto "implantação de banco de leite humano e de centro de lactação em Moçambique"</p>
--	-------	---

Fonte: site do Ministério das Relações Exteriores (www.itamaraty.com.br)

No discurso, desde seu início, a cooperação técnica brasileira assume as linhas mestras da política externa brasileira – a defesa da paz e solução pacífica das controvérsias, a igualdade entre os Estados, a autodeterminação dos povos, o princípio da não intervenção, a busca pelo desenvolvimento, a solidariedade entre as nações e a redução das assimetrias entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento - e das práticas consolidadas nos fóruns multilaterais. Rejeita, pelo menos em discurso, o caráter assimétrico e desigual entre prestador e receptor da ajuda, tão comum na cooperação Norte-Sul, colocando o país recipiendário em uma posição mais participativa na cooperação (PUENTE, 2010; SARAIVA, 2007).

Mais especificamente, a política externa brasileira elege como áreas prioritárias de atuação da cooperação técnica a América do Sul e a África. A cooperação técnica na América do Sul presta-se como um meio de compensar as assimetrias existentes no entorno geográfico, possibilitando que os vizinhos possam se desenvolver e usufruir do progresso econômico e social de uma integração regional efetiva, do que também decorre um interesse estratégico de garantia da segurança e de exercício de sua liderança regional (FONSECA, 2008; SARAIVA, 2007). Assim, dadas as desigualdades, grande parte dos recursos da cooperação técnica sul-americana acabou sendo direcionada a países como a Bolívia e Paraguai.

De forma diferente, o discurso brasileiro da cooperação técnica na África justifica sua atuação segundo o princípio da solidariedade internacional e pela dívida histórica com os países africanos em razão de sua contribuição para a formação na nação multiétnica brasileira (FONSECA, 2008; SARAIVA, 2007). Destaca a ABC que “a estratégia de aproximação com a África é ao mesmo tempo parte do esforço de concretização da vocação universalista do País e de resgate da identidade nacional na formulação de política externa” (2010, p.5). Assim, para concretizar essa aproximação com países africanos, o governo tratou de aumentar quantitativamente – por meio da diversificação dos beneficiários, do aumento do número de projetos e do aumento dos valores disponibilizados – bem como qualitativamente suas ações na área de cooperação técnica. Da mesma forma que na América do Sul, alguns países acabaram recebendo maior aporte da cooperação; no caso africano, por razões de aproximação histórico-cultural, os países de língua portuguesa receberam o corresponde a 55% do volume de recursos alocados em projetos de cooperação técnica na África até 2009, incluindo nesse percentual os projetos executados em Moçambique (ABC, 2010).

Muitos dos projetos de cooperação técnica executados em Moçambique revelam que, além da variedade temática dos acordos, a cooperação brasileira na África reafirma questões defendidas pelos governos brasileiros em organizações internacionais, como o combate ao HIV/Aids com a produção de medicamentos antirretrovirais e a erradicação da fome, por meio da melhoria tecnológica na produção de alimentos e de programas sociais. A construção da fábrica de medicamentos antirretrovirais a ser, em grande parte, financiada pelo governo brasileiro com investimento total previsto de R\$31 milhões e com a supervisão técnica da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ é considerado um importante símbolo do reestabelecimento das relações no continente.

QUADRO 2 – Projetos de cooperação técnica celebrados entre Brasil e Moçambique em execução no período do Governo Lula

Área temática	Projetos em execução	Participantes
Agropecuária/meio ambiente	Reabilitação do CEFLOMA – Centro Florestal de Machipanda	Brasil - Universidade Federal do Paraná - UFPR. Moçambique - Universidade Eduardo Mondlane / Ministério da Educação
	Capacitação técnica de moçambicanos em agricultura de conservação	Brasil - EMBRAPA/Cerrados França - Cirad Moçambique - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, do Ministério da

		Agricultura – IIAM/Minag
	Suporte técnico à plataforma de inovação agropecuária de Moçambique	Brasil – EMBRAPA Estados Unidos - Usaid Moçambique - Instituto de Investigação Agrária de Moçambique, do Ministério da Agricultura – IIAM/Minag
Infraestrutura	Apoio ao desenvolvimento urbano de Moçambique – Fase II	Brasil - Caixa econômica Federal, Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Moçambique - Ministério das obras Públicas e Habitação.
	Apoio à requalificação do bairro de Chamanculo no âmbito da estratégia global de reordenamento e reurbanização dos assentamentos informais do município de Maputo	Brasil - Ministério das Cidades e Caixa econômica Federal Itália - Cooperação italiana Moçambique - Conselho Municipal de Maputo e aliança de Cidades
Institucional	Implantação do centro de formação profissional Brasil-Moçambique	Brasil - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial/ direção nacional e departamento regional da Bahia. Moçambique - Instituto Nacional do Emprego e Formação Profissional de Moçambique (INFEP)
	Apoio à implementação do sistema nacional de arquivos do Estado – SNAE	Brasil - Arquivo Nacional do Brasil – Casa Civil da Presidência da República. Moçambique - Ministério da Função Pública.
	Apoio ao desenvolvimento gerencial estratégico do governo de Moçambique	Brasil - Escola Nacional de Administração Pública - ENAP Moçambique - Instituto Superior de Administração Pública – ISAP
	Capacitação em técnicas militares de oficiais moçambicanos no exército brasileiro	Brasil - Ministério da Defesa – Escola Militar de Agulhas Negras Moçambique - Ministério da Defesa Nacional
	Fortalecimento institucional do instituto nacional de normalização e qualidade de Moçambique (INNOQ)	Brasil - INMETRO, INT e ABNT Alemanha - Gtz e PtB Moçambique - Instituto Nacional de Normalização e Qualidade de Moçambique (INNOQ)
	Capacitação técnica em inspeção e relações de trabalho	Brasil - Ministério do Trabalho e Emprego Moçambique - Ministério do Trabalho de Moçambique
Saúde/educação	Capacitação em produção de medicamentos anti-retrovirais	Brasil - Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz

		Moçambique - Ministério da Saúde – Misau
	Fortalecimento institucional do órgão regulador de medicamentos como agente regulador do setor farmacêutico	Brasil - Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Ministério da Saúde Moçambique - Departamento Farmacêutico - Ministério da Saúde – Misau
	Programa de educação alimentar e nutricional – Cozinha Brasil-Moçambique	Brasil - Serviço Social da Indústria/departamento regional do Rio Grande do Sul Moçambique - Ministério da Indústria e Comercio – unidade técnica de promoção da industrialização rural.
	Elaboração do programa nacional de alimentação escolar de Moçambique	Brasil - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE Moçambique - Ministério da Educação – Mined PMA – Programa Mundial de Alimentação
Turismo	Capacitação profissional em turismo e hospitalidade – área de segurança de alimentos	Brasil - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC-Ba Moçambique - Ministério de Turismo

Fonte: Catálogo da Agência Brasileira de Cooperação “A Cooperação Técnica do Brasil para a África” (2010).

Cabe ressaltar, no entanto, que parte considerável dos projetos em execução trata do fortalecimento institucional do Estado moçambicano, principalmente no que se refere ao controle, gerenciamento e registro das atividades estatais. Assim como no Brasil o início do processo de industrialização exigiu do Estado a ampliação de suas atividades para maior normatização e controle das atividades privadas, o Estado moçambicano, após emergir de um período de grave crise econômica e de guerra civil, depende da estruturação de suas organizações e atividades para assegurar e direcionar os investimentos no país. Nesse sentido, a importância do fortalecimento do Estado é essencial para a criação de uma unidade econômica a partir da qual o capital poderá se expandir (FIORI, 2007).

Celebrados os acordos de paz que deram fim à guerra civil e possibilitaram que Moçambique tivesse alguma estabilidade política, em meados na década de 1990, observou-se um país de industrialização incipiente, cuja economia estava baseada na atividade agrícola – principalmente de produtos como algodão, cana-de-açúcar, tabaco e castanha de caju - e atividade extrativista, mas principalmente dependente de ajuda externa. Essa dependência se traduz em cerca de 60% do orçamento vinculado à ajuda externa, gerando consequências nas dimensões política, econômica e social e, portanto,

no seu desenvolvimento (CABAÇO, 2009; CASTEL-BRANCO, 2011). Nota-se que a cooperação financeira, diferentemente da cooperação técnica, ingere de forma mais incisiva na tomada de decisões, principalmente pelo fato dos maiores doadores serem o Fundo Monetário Internacional – FMI e o Banco Mundial, que, impondo uma série de condicionalidades, direcionam a política interna.

De forma diversa, a cooperação técnica proposta pelo governo brasileiro tem por diretriz a capacitação dos quadros técnicos *in locu* e a não vinculação ao cumprimento de condicionalidades, o que é muito bem recebido pelo beneficiário da ajuda. Essa linha de atuação diplomática tem sido essencial para o fortalecimento das relações no continente africano, o que não significa, no entanto, que seja desprovida de outros interesses, como a apoio em questões internacionais – principalmente, quanto ao pleito de assento permanente no Conselho de Segurança da ONU – e abertura de mercados a empresas brasileiras.

III. A COOPERAÇÃO EM UM CONTEXTO DE CRISE ECONÔMICA MUNDIAL

Os fatores internos que propiciaram o crescimento da cooperação brasileira em países africanos devem também ser analisados em um contexto de crise econômica internacional. Se, por um lado, a crise no sistema financeiro internacional aliada ao endividamento de países desenvolvidos desestabiliza a economia mundial, as soluções propostas seguem o mesmo receituário neoliberal tradicionalmente utilizado para solução de crises: redução dos gastos públicos, do decorre redução nos gastos com cooperação ou a imposição de maiores condicionalidades, e mais abertura econômica para que o mercado reencontre os rumos do crescimento. Por outro lado, os países intermediários – agora, reunidos sob a alcunha de BRICs -, ainda não muito impactados com os efeitos da crise, executam as medidas necessárias para garantir a continuidade do crescimento econômico e investem na cooperação horizontal para reforçar suas relações, dando maior relevância a essa modalidade de cooperação.

No caso brasileiro, o período de estabilização econômica iniciado com o controle da inflação e, posterior, aumento dos gastos públicos com investimentos estatais em infraestrutura e programas sociais, tem possibilitado o crescimento de empresas brasileiras e a internacionalização de suas atividades, principalmente nas áreas de

exploração de recursos energéticos e de infraestrutura. Já na década de 1980, empresas do ramo da construção civil, detentora de comprovada tecnologia em obras de infraestrutura, como a Construtora Norberto Odebrecht S.A, consolidavam suas atividades em países sul-americanos e iniciavam suas primeiras obras em Angola, porta de entrada para as empresas brasileiras no continente africano.

Em que pese inexistir uma política pública voltada para a internacionalização como estratégia de crescimento para as empresas brasileiras, na África especialmente, pode-se apontar duas ações governamentais importantes que colaboram para esse fenômeno: a abertura de linhas de créditos, por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para a exportação de bens e serviços brasileiros para obras de infraestrutura; e uma diplomacia presidencial atuante, na qual há intensa participação do empresariado e troca de informações comerciais, estimulada também pela participação pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos - APEX. Em relatório divulgado em 2011, inclusive, a APEX traça o perfil e as oportunidades comerciais de Moçambique para investidores brasileiros, estimulando a atuação brasileira em áreas como o agronegócio, construção civil e venda de maquinários.

QUADRO 3 – Principais investimentos brasileiros (em curso) em Moçambique

Empresa	Projeto	Localização
Construtora Norberto Odebrecht S.A	Projeto Moatize - As obras de infraestrutura da mina de carvão de Moatize incluem estradas, obras civis e a execução de uma usina de beneficiamento de carvão mineral. O projeto prevê ainda a recuperação de ferrovias próximas à mina, a ampliação do porto de Beira e a construção de uma usina termelétrica.	Província de Tete
	Aeroporto Internacional de Nacala - Transformação da Base Aérea de Nacala, em um Aeroporto Civil Internacional, na província de Nampula.	Província de Nampula
Companhia Vale do Rio Doce	Exploração de carvão de Moatize – investimento de 1,7 milhão de dólares para processamento de carvão em mina com capacidade de produção de 11 milhões de toneladas de carvão térmico e metalúrgico por ano. É o maior investimento da Vale no segmento. A execução do projeto, além da necessidade de formação de mão-de-obra local, gerou a necessidade de reassentamento de 980 famílias.	Província de Tete
	Projeto Evate – projeto em desenvolvimento para extração de rocha fosfática.	Província de Nampula

Grupo Correa	Camargo	Usina hidrelétrica de Mphanda Nkuwa – projeto a ser executado pelo consórcio HNМК, formado pela companhia brasileira, a Eletricidade de Moçambique (EDM) e a empresa moçambicana Insitec.	Província de Tete
Grupo Gutierrez Construções e Engenharia S.A)	Andrade (Zagope	Estradas na Província de Cabo Delgado - A Zagope é responsável pelas obras de concepção e reabilitação de 230km das Estradas N380, R762, R775 e R1260, entre Mueda, Oasse, Mocímboa da Praia, Palma e Namoto, na Província de Cabo Delgado, Moçambique. Essa obra irá permitir a ligação rodoviária à vizinha Tanzânia. A empreitada tem um prazo de execução de 30 meses.	Província de Cabo Delgado
		Construção da barragem de Moamba Major – a barragem visa reforçar o sistema de abastecimento de água à cidade de Maputo e a irrigação de campos agrícolas na zona a jusante da bacia do rio Incomatia, contando com uma pequena central hidroelétrica, com potência instalada de 11,5 Megawatts.	Província de Maputo

Fonte: Informações disponibilizadas nos sites das respectivas empresas

Se durante muitos séculos a expansão do capital deu-se pela conquista de territórios acompanhada pelo desenvolvimento de meios de transporte que permitissem a comunicação entre diversas partes do globo, o mundo contemporâneo apresenta meios diversos para essa expansão do capital e, nesse intento, o Estado continua tendo papel preponderante. As visitas oficiais dos presidentes brasileiro e moçambicano são, nesse sentido, emblemáticas, tendo em vista que as duas pautas principais – as relações comerciais e os acordos de cooperação – são tratadas por um mesmo conjunto de atores e parecem estar imbricadas. Ao mesmo tempo em que a cooperação técnica é importante para a estruturação do Estado, e conseqüentemente possibilita a criação de uma unidade a partir da qual as relações serão travadas, a cooperação também é influenciada pelo interesse privado, porque observa uma demanda por capacitação criada por esse interesse. Ao seguir esse entendimento, observa-se também uma tendência de que a cooperação acompanhe o desempenho dos investimentos externos diretos – ou seja, quanto mais a crise mundial afetar a economia brasileira e, por conseguinte, os investimentos externos, os gastos com cooperação tendem a ser reduzidos.

A relação entre os investimentos brasileiros e a cooperação em Moçambique fica mais evidente quando o interesse privado atua diretamente nos projetos de cooperação, a exemplo da doação de uma unidade móvel para a execução do projeto Cozinha Brasil-Moçambique realizada pelo Grupo Camargo Correa e da doação da Companhia Vale do

Rio Doce no valor aproximado de US\$4,5 milhões, da contrapartida moçambicana, para garantir o início do funcionamento das atividades da fábrica de antirretrovirais⁴. Assim, em que pese o discurso brasileiro desvinculado a interesses econômicos, a cooperação desinteressada é limitada pela lógica do sistema capitalista de produção, havendo uma relação implícita entre ambas.

É preciso questionar-se, no entanto, sobre a utilização dos acordos de cooperação como forma de compensar os conflitos gerados por interesses brasileiros. A doação para a fábrica de antirretrovirais realizada pela Companhia do Vale do Rio Doce e sua parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA na capacitação de agricultores reassentados demonstra a necessidade de construção de uma imagem positiva junto ao governo e sociedade civil, considerando os conflitos decorrentes do projeto de exploração da mina de carvão em Moatize. A execução do referido investimento foi responsável pela necessidade de reassentamento de centenas de famílias, que denunciaram a baixa qualidade das edificações construídas nos assentamentos e os danos ambientais causados pelo empreendimento. Sobre o tema, relata Boaventura de Sousa Santos:

As grandes multinacionais, algumas bem conhecidas dos latino-americanos, como a Rio Tinto e a brasileira Vale do Rio Doce (Vale Moçambique) exercem as suas atividades com muito pouca regulação estatal, celebram contratos que lhe permitem o saque das riquezas moçambicanas com mínimas contribuições para o orçamento de estado (em 2010 a contribuição foi de 0,04%), violam impunemente os direitos humanos das populações onde existem recursos, procedendo ao seu reassentamento (por vezes mais de um num prazo de poucos anos) em condições indignas, com o desrespeito dos lugares sagrados, dos cemitérios, dos ecossistemas que têm organizado a sua vida desde há dezenas ou centenas de anos.

Sempre que as populações protestam são brutalmente reprimidas pelas forças policiais e militares. A Vale é hoje um alvo central das organizações ecológicas e de direitos humanos pela sua arrogância neo-colonial e pelas cumplicidades que estabeleceu com o governo. Tais cumplicidades assentam por vezes em perigosos conflitos de interesses, entre os interesses do país governado pelo Presidente Guebuza e os interesses das empresas do empresário Guebuza donde podem resultar graves violações dos direitos humanos como quando o ativista ambiental Jeremias Vunjane, que levava consigo para a Conferência da ONU, Rio+20, denúncias dos atropelos da Vale, foi arbitrariamente impedido de entrar no Brasil e deportado (e só regressou depois de muita pressão internacional), ou quando, às organizações sociais é pedida uma autorização do governo para visitar as populações reassentadas como se estas vivessem sob a alçada de um agente soberano estrangeiro (SANTOS, 2012).

⁴ As informações relativas às doações estão disponíveis no site do Ministério das Relações Exteriores: www.itamaraty.gov.br.

Assim, se a cooperação brasileira é orientada por uma política externa lastreada em princípios de solidariedade internacional e redução das desigualdades entre os povos, os conflitos devem ser considerados na relação com as empresas brasileiras e com o governo moçambicano. E, para tanto, é essencial que tanto governo brasileiro como moçambicano tenham claro o que se entende por desenvolvimento e as ações necessárias para atingi-lo.

III. CONCLUSÃO

A cooperação horizontal destituída da imposição de condicionalidades, como vem sendo praticada pelo Estado brasileiro, pode ser considerada uma evolução em relação à cooperação praticada pelos países desenvolvidos. Entretanto, há que se distinguir essa evolução de um discurso desprovido de interesses políticos e ou econômicos. Ao considerar a cooperação um instrumento de política externa, a análise do discurso da Cooperação Sul-Sul deve ser realizada a partir dos atores que constroem a política externa e da forma como os interesses são articulados. Nesse sentido, a composição desses interesses resulta em uma prática fundada em princípios previamente articulados - no caso africano, a cooperação brasileira se baseia no princípio da solidariedade internacional acrescido da ideia de dívida história com esses países, sendo, da mesma forma, resultado de uma articulação favorável à aproximação com o continente.

Grande desafio aos pesquisadores da área é identificar qual o espaço reservado aos interesses privados na definição de uma política externa e, portanto, da cooperação. Um primeiro passo, para uma melhor compreensão dos fenômenos que envolvem a cooperação, seria relativizar a dicotomia cooperação *versus* competição, permitindo que o conflito apareça no jogo dessas relações. Observa-se uma tendência a relacionar a cooperação sob o discurso da solidariedade com a ideia de consenso, portanto, distanciada de toda sorte de conflitos. Os acordos de cooperação não seriam, assim, objeto de questionamento por ambas as partes, mas um ato de pleno acordo de todos os atores, muitas vezes admirado no cenário internacional. Considerando a lógica do modo de produção vigente como uma limitadora do discurso desinteressado, a cooperação deve ser analisada como uma face complementar à face competitiva, dela também podendo resultar uma troca desigual.

Em muitos aspectos, os contextos brasileiro e africano convergem para interesses comuns; entretanto, a história de países como Moçambique mostra que ainda existe uma considerável distância quanto à consolidação política e econômica desses países. E essa distância, muitas vezes, traduz-se em uma hierarquia no cenário internacional e na relação bilateral com alguns Estados do eixo sul. Nesse sentido, cabe aos africanos um claro posicionamento sobre qual desenvolvimento se quer, quais benefícios da cooperação impactam nesse desenvolvimento e com quais perdas estão dispostos a arcar nesse processo. Acredita-se que, para a tomada desse posicionamento, é imprescindível a participação de um maior número de atores da sociedade civil, do que poderia decorrer a construção de um consenso que privilegie os diferentes interesses da sociedade.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, Maurício. **O princípio da cooperação**: em busca de uma nova racionalidade. Editora Paulus: São Paulo, 2004. 2ª edição.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE COOPERAÇÃO. **A cooperação técnica do Brasil para a África**. ABC: Brasília, 2010.

_____. Apresenta as vertentes da cooperação técnica internacional. Disponível

em:<http://www.abc.gov.br/abc_por/webforms/interna.aspx?secao_id=23&Idioma_id=1>. Acesso em: 18 jul. 2012.

AGÊNCIA BRASILEIRA DE PROMOÇÃO DE EXPORTAÇÕES E INVESTIMENTOS. **Moçambique: perfil e oportunidades comerciais**. APEX: Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.apexbrasil.com.br/portal/publicacao/download.wsp?tmp.arquivo=1475>>.

Acesso em: 20 de jun. 2012.

AYLLÓN, Bruno. O sistema internacional de Cooperação ao Desenvolvimento e seu estudo nas Relações Internacionais: a evolução histórica e as dimensões teóricas. In: **Revista de Economia & Relações Internacionais**, v.5 (8), jan.2006.

CABAÇO, José Luis. **Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

- CASTEL-BRANCO, Carlos Nuno. Dependência de ajuda externa, acumulação e ownership: contribuição para um debate de Economia Política. In: **Desafios para Moçambique 2011**. Maputo, IESE, 2011. Disponível em: <http://www.iese.ac.mz/lib/publication/livros/des2011/IESE_Des2011_15.AjdExt.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- FIORI, José Luis. Formação, Expansão e Limites do Poder Global. In: FIORI, José Luis. **O Poder Americano**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2007.
- FONSECA, Luiz Henrique Pereira da. La visión de Brasil sobre La cooperación internacional. In: **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, nº22, primavera/verano 2008.
- LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a cooperação sul-sul em três momentos de política externa**: os governos Jânio Quadros, João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares de. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. In: **Revista Brasileira de Política Internacional** 48 (1): 24-59 [2005].
- PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa**: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005. Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2010.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Moçambique: a maldição da abundância? Coluna escrita para Carta Maior. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaImprimir.cfm?coluna_id=5699>. Acesso em: 24 jul. 2012.
- SARAIVA, Miriam Gomes. As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007. In: **Revista Brasileira de Política Internacional**. 50 (2): 42-59 [2007].



Av. Patrice Lumumba, 178 - Maputo
MOÇAMBIQUE

Tel. + 258 21 328894
Fax + 258 21 328895
www.iese.ac.mz